

Apontamentos autobiográficos de Ernâni Pinto Basto

Recordações da minha ida a Moçambique e da volta (Junho de 2010)

*À memória dos meus queridos e saudosos amigos,
entretanto falecidos,*

**António Carvalho,
José Bernardino,
José Monteiro e
José Gameiro.**

1.^a Parte – Os anos 60
2.^a Parte – Ensino Público p. 10
3.^a Parte – Actividade privada p. 18
4.^a Parte – 25 de Abril p.22
5.^a Parte – Regresso à Pátria p.26

1.^a Parte – Os anos 60

Quando estava a fazer a tropa rebentou a Guerra Colonial (4 de Fevereiro de 1961). A partir desse ano, as incorporações depois da minha foram sendo mobilizadas para a guerra, o que acarretou que, perante a falta de pessoal na Metrópole (como lhe chamavam na altura), todos os anos a minha incorporação voltasse a ser chamada para a tropa. Andámos nisto cinco anos.

Este problema só não se eternizou porque alguém teve finalmente a brilhante ideia de fazer mais do que uma incorporação por ano, e assim conseguir arranjar pessoal para mobilizar para a guerra e manter aqui, em Portugal, o pessoal necessário ao funcionamento dos quartéis.

Acabado este fadário militar, já era alferes (por antiguidade), fui finalmente desmobilizado, sem ter ido para a guerra colonial.

Os meus grandes amigos e companheiros de tropa (os Casimiros, como lhes chamava, eles também me chamavam), foram o saudoso e querido amigo, José Bernardino e o, felizmente ainda vivo, Raimundo Narciso. Ambos não tiveram todas aquelas reincorporações porque, entretanto, foram passando à clandestinidade, como funcionários do PCP.

Primeiro foi o Zé Bernardino, que acabou por ser preso em Maio de 1962. Foi violentamente torturado. A dignidade de sempre. Casou na cadeia, para a Manuela poder ir visitá-lo. Foi julgado em Maio de 1963 naquilo que se chamava o *Tribunal Plenário*. Fui sua testemunha de defesa. Nunca mais me esquecerei da barbaridade e do terror que foi aquele julgamento.

A sala, antes de começar o julgamento estava cheia de pides, para que ninguém assistisse àquela pouca vergonha, praticamente só as testemunhas e alguns, poucos, familiares. Quando aquela farsa estava a acabar o juiz cumpriu o ritual de qualquer julgamento, perguntando ao réu se tinha alguma coisa a alegar em sua defesa. O Zé disse que sim e quando começou a falar o juiz advertiu-o de que isso não interessava a este julgamento, que ele se deveria cingir aos autos. O Zé explicou que queria falar exactamente sobre o que estava nos autos e recomeçou a falar. O juiz fez um gesto com a mão e da sala saltaram, para a frente do tribunal, uma data de pides que lhe caíram em cima, o espancaram barbaramente e o transportaram, à força, sem ter os pés no chão, como uma trouxa, para fora da sala de audiências. Só lá ficaram os óculos. Uma tia do Zé (a Marina) soltou um gemido: «Parece impossível!». Esteve uns meses presa acusada de ter gritado «fascistas».

Terminada a audiência foram ler-lhe a sentença à cela. Foi condenado a 2 anos e 6 meses de prisão e a medidas de segurança.

Só o voltei a ver passados 6 anos, no dia que foi solto. Fomos ao cinema. Foi convívio que demorou pouco tempo. Regressou à clandestinidade.

Toda a cambada que autorizou, dirigiu, executou e foi cúmplice disto, e de tantas outras coisas como estas, nunca foi incomodada por isso.

Outro que não teve todas aquelas reincorporações foi o Raimundo Narciso, também foi para a clandestinidade. Era um rapaz pacífico, ninguém diria que ele ainda um dia andaria para aí a pôr bombas contra a guerra colonial e a NATO. Mas andou e ainda bem, porque assim ficou com um nome prestigiado a defender.

De tempos a tempos ia ao Vilar, a casa do Raimundo, estar um bocado com os pais dele, que estavam inconsoláveis por não saberem do filho, por não o terem ao pé deles.

O pai do Raimundo ficava muito contente de eu o visitar e fazia questão de me dar a provar os últimos vinhos da sua produção. Eu na altura tinha uma úlcera duodenal activa, bebia muito leite, tomava muitos antiácidos e evitava, o mais possível, ingerir bebidas alcoólicas. Era impossível safar-me, tinha de provar este e mais aquele, por vezes, ia abrir uns pipos de propósito e eu lá tinha de beber mais uma especialidade. Saía de lá sempre bem aviado, cheio de medo que a úlcera se assanhasse, até porque aquela região era conhecida por ser

produtora do vinho a martelo. Nunca aqueles vinhos me fizeram mal, pelo contrário, hoje já não tenho a úlcera, para isso alguma coisa devem terem contribuído aqueles tratamentos.

Aqueles copos acompanhavam uns comes e belas conversas, com pessoas que tinham tido umas vidas cheias.

Por vezes fui com os meus pais, que assim ficaram amigos dos pais do Raimundo.

Um dia apareceram lá uns pides à procura do Raimundo. Por onde é que ele andaria, se lhes podiam dar alguma informação. A D. Ilda (mãe do Raimundo), muito indignada, disse-lhes que não fazia ideia onde é que ele parava e o pai acrescentou «não faço ideia e até dou uma gratificação a quem o encontrar». Os pides não tiveram outra solução, foram procurá-lo para outras bandas, à espera da gratificação.

Muito se deve ter arrependido o Sr. Manuel Pavio (pai do Raimundo) de ter tido pendurado na sua sala de estar um retrato de Staline, que trouxe dos Estados Unidos. Claro que o Raimundo, revelando já tendências que se vieram a agravar mais tarde, tirou-o da parede e meteu-o debaixo da cama. Dada a sua evolução política, penso que já o deve ter queimado.

Houve outro camarada de armas que também não teve todas aquelas reincorporações, mas por outros motivos. Teve um acidente em serviço e foi desmobilizado. Nunca mais o vi. De vez em quando sei dele pelos jornais. Pelo que dizem, parece que o Belmiro de Azevedo está bem na vida.

Há imensos episódios passados naqueles tempos, dos quais pouco se fala hoje e que quem os viveu dificilmente os esquece.

Não me sai da memória a ida a Peniche, esperar a saída da prisão do António Almeida. Estar ali num carro, com a Manuela e outros amigos, a fazer horas, à espera que o soltem.

É indescritível o que sente ao ver um amigo transpor os portões da cadeia onde esteve anos.

Era meia-noite quando o libertaram. Fomos cear para festejar os primeiros tempos de liberdade. Todos muito felizes de o voltar a ter entre nós. O Tó pouco festejou, estava com um ar cansado. Disse-lhe isso e o Tó, mostrando que não tinha perdido qualidades, respondeu-me que já era tarde e ele estava habituado a deitar-se cedo.

Eram tempos onde se passavam coisas que as gerações mais novas têm dificuldade em perceber. Por exemplo, ver um filme, considerado pela crítica internacional um filme marcante da história do cinema, como *O Couraçado Potemkine* de Sergei Eisenstein. Tínhamos de ter um amigo que adquirisse o filme no

estrangeiro, em 8 milímetros, e vê-lo clandestinamente na casa de outro amigo, que era por cima de uma loja comercial, depois de esta fechar, para não haver o perigo de, pelo ruído da máquina, alguém se apercebesse que se estava a ver um filme, que era visto nas salas de cinema de todo o mundo. Depois de visto o filme, nestas condições, tínhamos de sair, um de cada vez, e dispersarmos rapidamente, para que não fossem vistos grupos de pessoas nas redondezas da casa onde se via filmes clandestinamente.

Quando o Che Guevara foi assassinado nas montanhas da Bolívia, em Outubro de 1967, pairou a dúvida sobre se o guerrilheiro morto era o Che ou se aquilo era uma manobra de propaganda do governo reaccionário da Bolívia, acolitado pelos americanos. Para sabermos o que se passava de facto, lembro-me de ir, com o saudoso e querido amigo José Lopes Monteiro, para casa dum amigo dele, ouvir um rádio, com vários desdobramentos de ondas curtas, para ouvir a Rádio Havana confirmar ou negar as notícias que por cá circulavam. Infelizmente era verdade, tinham liquidado o Che.

Andei no Instituto Superior Técnico e acabei na Faculdade de Ciências de Lisboa. Nestas duas Faculdades aprendi muita coisa importante, mas a minha grande escola foram as Associações de Estudantes daquelas Faculdades, de que fui dirigente, e as outras duas Universidades que frequentei, a casa das Brotas (na rua Viriato) e a casa dos Bernardinos (na avenida de Roma).

Aí conversávamos, líamos, ouvíamos música e discutíamos, discutíamos muito. Discutíamos tudo. Os filmes que víamos, os livros que líamos, as peças que víamos, as obras que ouvíamos. Um livro que um lia, passava de mão em mão e todos os, que queriam, o liam. O mesmo se passava com os discos, fazíamos aquilo a que chamávamos sessões fonográficas, ouvir discos e comentar a obra e a sua execução. Não havia gente de letras ou de ciências, havia pessoas interessadas em conhecer, apreciar e discutir, se gostávamos, do que gostávamos e porque gostávamos.

Na casa dos Bernardinos, eram quatro irmãos e duas irmãs, todos do Huambo, Angola. As irmãs ficaram lá, os irmãos iam-se instalando na casa à medida que vinham para Portugal, para a Faculdade. Nesta casa pontificava um grande e saudoso amigo, o mais velho dos Bernardinos, o David, que era um homem muito culto. Era um grande apreciador de tudo quanto é bom, desde a gastronomia, era um grande cozinheiro, até à pintura e à música.

Foi do Coro do Lopes Graça. Fizemos belos passeios pelo país a acompanhar as deslocações do Coro. Na casa dos Bernardinos até se cantava e se fazia teatro.

O David foi barbaramente assassinado, pelos esbirros da UNITA, na sua terra Natal, o Huambo, onde exercia medicina.

A outra Universidade era a casa das Brotas. Era uma casa onde viviam os quatro irmãos Brotas, só um era homem, daí o feminino do nome.

Quando a Manuela Brotas casou, o António Carvalho também foi para lá viver, mas aquela casa tinha a predominância do feminino pelo que chamavam ao António, o marido das Brotas. Ao princípio não gostava, replicava que só era marido duma. Com o tempo habituou-se e também já se apresentava como o marido das Brotas.

Recordo com muita saudade o António Carvalho, foi um amigo inesquecível, que desapareceu muito cedo e me fez muita falta. E continua a fazer. Foi o meu irmão mais velho. Foi com ele, na secção cultural da Associação de Estudantes, que me meti no Cine Clube Universitário de Lisboa e depois nos problemas da cultura em geral bem como no MUD Juvenil e na política em geral. Foi com ele, em conjunto, que li o 1.º volume do Capital, numa edição em espanhol, que ele arranjou. Ainda tenho o dicionário de Espanhol-Português que utilizamos nessa leitura, com uma dedicatória fraterna.

Mais tarde ele e a Manuela tornaram-se amigos dos meus pais e irmãos. A minha mãe era particularmente amiga deste casal.

Foi na casa das Brotas que tomei conhecimento de uma lei, do tempo de Salazar, de que já pouco se fala, e que é significativa da legalidade fascista. O Decreto-lei n.º 40.550 de 12 de Março de 1956 que estipulava no seu art. 7.º que os presos depois de cumprir a pena podiam ser sujeitos «*a medidas de segurança de internamento, em estabelecimento adequado, por um período indeterminado, de seis meses a três anos, prorrogável por períodos sucessivos de três anos, desde que continuem a revelar-se perigosos*».

Isto queria dizer que um preso condenado a medidas de segurança, como estas eram prorrogáveis sucessivamente, podia ficar preso toda a vida. Houve o caso de Manuel Guedes, marinheiro, condenado a 4 anos e que, ao abrigo desta lei, esteve preso 18. Esta lei foi considerada, por alguns, um grande avanço porque a partir daqui o tempo de prisão era arbitrário mas legal. Antes desta lei era arbitrário, mas era ilegal.

Esta lei no seu art. 9º abria a possibilidade de «*Se houver só lugar à aplicação de medidas de segurança previstas no artigo 7.º, o processo será instruído ...*». E a primeira pessoa a ser absolvida e sujeita só a medidas de segurança foi precisamente o meu amigo António Brotas, o mano velho das Brotas, que ainda hoje continua a dar cabo da cabeça a muitos bem pensantes da nossa terra.

A minha primeira missão política foi integrar uma brigada para distribuir panfletos pelas caixas do correio e fazer inscrições nas paredes. Era uma campanha para exigir a libertação do Aurélio Santos, na altura estudante de medicina, dirigente do MUD Juvenil, hoje presidente da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP).

Aproveitei os lápis de cera que me deram e constitui eu, por minha conta e risco, uma brigada para fazer o mesmo no Liceu Camões. Escrevemos umas frases no pátio do Liceu para ajustar contas com o reitor, que nos tinha feito a vida negra uma data de anos. Ao saltar o muro, já de saída, com o trabalho feito, apareceu um guarda-nocturno que pensando que estávamos a roubar material do liceu nos prendeu. Acabou tudo na PIDE, na António Maria Cardoso. Felizmente a PIDE não levou aquilo muito a sério, considerou uma rapaziada de jovens zangados com um reitor autoritário e no fim do dia seguinte libertou-nos.

Nesse dia que passei na sede da PIDE, a minha mãe que já tinha passado as passas do Algarve com a PIDE, por causa do meu pai, entrou em pânico e apareceu lá, a pedir para me ver. A PIDE não deixou, fez-lhe uma grande cena, dizendo-lhe que eu estava metido numa grande alhada, que não sabiam quando é que poderia ter visitas e aterrorizaram-na quanto puderam até ela, muito nervosa, começar a chorar convulsivamente. Eu e os outros presos ouvimos isto tudo sem os estarmos a ver. Houve um preso negro, que eu não conhecia, estava ali à espera de ser interrogado, vendo que eu estava a ficar comovido por ouvir esta cena e não poder fazer nada, acalmou-me dizendo em voz alta: «este amigo tem sorte, tem uma mãe que chora por ele».

Passadas umas horas já estávamos todos em casa. O preso negro, esse é que lá ficou e nem fiquei a saber o nome dele.

Ainda nos anos 50 houve a luta contra o Decreto-Lei n.º 40 900, que pretendia domesticar as Associações de Estudantes. Foi a minha primeira manifestação de rua. No dia 16 de Janeiro de 1957 milhares de estudantes de Lisboa e representantes dos estudantes do Porto e de Coimbra dirigiram para a Assembleia

Nacional e encheram as galerias para protestar contra a sua ratificação.

O decreto foi aprovado na generalidade e baixou à Câmara Corporativa, que só veio a dar parecer em Maio, parecer esse que nunca foi discutido na Assembleia Nacional. Ficou, como se disse na altura, no limbo legal.

Na luta contra o 40 900 foi criada, em Lisboa, a RIA (Reunião Inter-Associações), para a qual foi eleito secretário-geral o querido e saudoso amigo Alfredo Noales Rodrigues, da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências (morreu de cancro em 1965).

Em Maio de 1958 houve a campanha para a Presidência da República do general Humberto Delgado (assassinado pela PIDE em Fevereiro de 1965).

Lembro-me de, no dia 16 de Maio de 1958 quando o general, vindo do Porto, onde teve uma recepção nunca vista, chegou a Santa Apolónia. Foi a minha segunda grande manifestação. Apareceu a GNR a cavalo, impediu o general de seguir o percurso que estava previsto, onde o esperava uma grande multidão que foi dispersa à chanfalhada. Em 2008 o ministro Mário Lino descerrou lá uma placa a assinalar esse memorável dia de luta.

Há dias, falando com a filha de uma das pessoas com grande intervenção política nessa altura, espantei-a muito quando lhe disse que, nessa altura, cada candidato tinha uma lista de voto. A União Nacional mandava, por correio, para casa dos eleitores que escolhia, as listas de voto do Américo Tomás e nós tínhamos de fazer chegar às mãos dos nossos eleitores, que tivessem direito de voto, as listas do Humberto Delgado. Claro, que a PIDE apreendia os carros que levavam listas de voto para os vários recantos do país. Assim como prendia quem andasse a distribuí-las. Só para conseguir fazer chegar as listas de voto aos possíveis interessados era uma trabalhadeira.

Vivia-se uma situação de grande terror. Lembro-me que no enterro de Maria Isabel Aboim Inglês que foi uma grande manifestação contra o fascismo, na sequência de uma campanha para que o seu filho, Carlos Aboim Inglês, que estava preso, pudesse ir assistir ao enterro. Claro que não o deixaram assistir ao enterro da mãe.

Durante o enterro apareceu uma senhora de idade, que estava ali por outra razão qualquer, e que vendo tanta gente dirigiu-se a um grupo que estudantes e perguntou quem é que tinha morrido. Respondemos quem era e a senhora ficou muito

admirada, era nome que nunca tinha ouvido, e comentou «para ter tanta gente no enterro, devia ser uma pessoa muito importante». O David Bernardino respondeu à senhora que sim que era uma pessoa muito importante e que além disso era mãe de um comunista. A senhora ficou de tal maneira apavorada que desapareceu instantaneamente sem ninguém se aperceber onde é que a senhora se meteu.

Em 1 de Janeiro de 1962 houve o assalto ao quartel de Beja comandado pelo capitão Varela Gomes.

A proibição do Dia do Estudante, em 24 de Março de 1962, que deu origem a cerca de 30 presos e 30 feridos assistidos no hospital após a carga policial no Campo Grande, a caminho do restaurante Castanheira de Moura.

Estava prevista a comparência de estudantes das outras Universidades, na altura só havia a do Porto e a de Coimbra, especialmente de Coimbra, por na altura ser mais politizada. Poucos apareceram porque a polícia interceptou os autocarros que se dirigiam para Lisboa. Chegou a parar um comboio e mandar sair todos os passageiros que vinham de Coimbra. Todos os estudantes que foram vistos de capa e batina foram recambiados para casa.

No dia seguinte, domingo 25 de Março, todos os jornais relatavam o grande acontecimento da véspera: o empate do F.C. do Porto com o S.L. e Benfica, a duas bolas, a contar para a Taça de Portugal.

Nessa noite numa histórica reunião na Associação de Estudantes de Económicas foi decidido o Luto Académico com recurso à greve às aulas. Esta reunião foi presidida por Jorge Sampaio que em 1960/61 tinha sido eleito presidente da AAFDL (Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa) e no ano seguinte Secretário-geral da RIA (Reunião Inter Associações).

No dia seguinte um plenário de cerca de 2000 estudantes em Coimbra solidariza-se com os colegas de Lisboa, decretando também o Luto Académico.

A adesão à greve em Lisboa seria de cerca de 5 mil estudantes numa altura em que havia cerca de 18 000 estudantes universitários no país, sendo 10 000 em Lisboa.

No 1.º de Maio de 62 houve uma grande manifestação no Terreiro do Paço em Lisboa, com muitas prisões, 38 feridos registados nos hospitais e 1 morto.

A 2 de Maio de 1962 todos os jornais relataram o grande acontecimento da véspera: a vitória do Benfica na Taça dos

Campeões Europeus, ao ganhar ao Real Madrid por 5 a 3. Grande exibição de Eusébio.

A 9 de Maio realizou-se um Plenário no Estádio Universitário com cerca de 6 mil estudantes que decidiu continuar a luta com o recurso à greve da fome dentro da Cantina Universitária, que continuava desactivada.

Cerca das 3 da madrugada um cordão de polícia cerca a cantina e o espaço de convívio para prender os grevistas da fome e os 1 200 estudantes que passavam lá a noite em apoio dos grevistas. Demorou cerca de 3 horas a meter toda aquela gente dentro de autocarros da Carris para os levar para a sede da polícia de choque na Parede. Havia cerca de 90 raparigas que foram presas em autocarros separados dos rapazes e foram levadas para a sede do Governo Civil de Lisboa.

Depois de variadas negociações a maioria dos estudantes foi libertada no dia 11 de Maio, tendo sido transferidos para Caxias cerca de 70, que depois de interrogados pela PIDE foram libertados passados três dias.

A censura férrea que existia na altura tentava impedir a opinião pública de ter acesso à verdade dos acontecimentos, pelo que foi necessário montar um sistema de elaboração, impressão e distribuição de comunicados para tentar minimizar esse efeito.

A luta estudantil continuou com altos e baixos, com especial relevo no novo Luto Académico de 1969, dinamizado pela academia de Coimbra.

No meio destes acontecimentos lembro-me do Magnífico (como ele gostava que lhe chamassem) Reitor Paulo Cunha ter mandado encerrar a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências, tendo-se, ele próprio, deslocado à Faculdade, rodeado de uma data de pides, para assinar o auto de encerramento, ele e o Presidente da Assembleia Geral, que era eu.

O Reitor, no meio daquele aparato, disse-me era precisa a minha assinatura para se formalizar o encerramento da Associação. Eu disse-lhe que naquelas condições não assinava nada e ele muito didacticamente explicou-me que isso era um acto de desobediência qualificada. Foi a minha oportunidade de desobedecer qualificadamente e claro, a Associação foi encerrada na mesma.

Quem não gostou nada disto foi o Tó Almeida que me veio dizer que, se eles fechavam a Associação, a malta ficava sem poder utilizar o copiador da Associação de Estudantes, que era dos melhores que havia na altura.

Paciência, não havia nada a fazer. E o Tó: «E se nós o transportássemos para um lugar seguro».

O copiadador era uma coisa enorme, pesadíssima, como é que se conseguia transportar um monstro daqueles?

«Está ali o carro da Paula Mourão e eu, não tenho a chave, mas abro-o com facilidade e podíamos fazer uma ligação directa.»

Lá levamos o monstro do copiadador do primeiro andar para dentro do carro. O Tó abriu-o com toda a facilidade e eu lá fui, de gatas, debaixo do *tablier*, a assegurar a ligação directa com a chave da porta de casa. Lá deixamos o copiadador em boas mãos. A nossa grande preocupação foi apanhar a Paula antes que ela entrasse em pânico, ao ver que lhe tinham roubado o carro.

Quando casei os meus padrinhos foram a Helena Narciso que tinha o irmão na clandestinidade e a Manuela Almeida que tinha o marido no forte de Peniche.

Finalmente, em Agosto de 1968, Salazar cai da cadeira em que repousava, fica gravemente doente e é substituído por Marcelo Caetano, que toma posse, como presidente do Conselho de Ministros, a 27 de Setembro desse ano.

2.ª Parte – Ensino Público

Era eu professor, colocado em Almada, quando a dificuldade de arranjar gente suficiente para alimentar a tropa levou o governo a resolver o problema repescando toda a rapaziada que, como eu, tivesse feito a tropa, não tivesse sido mobilizado para a guerra e tivesse menos de 35 anos, para voltar para a tropa, fazer um curso rápido de reciclagem e ser mobilizado para África, como capitão.

Eu sabia que o PCP recomendava que nós fôssemos para a guerra, para engrossar a tropa portuguesa com elementos anticolonialistas, antiracistas e antifascistas, mas estava pouco motivado para, depois do que já tinha passado com a tropa, ir mais dois anos para uma guerra daquelas.

Um outro amigo, que tinha feito a tropa connosco, quando soube da sorte que nos esperava, começou a estudar a maneira de se safar deste novo regresso à tropa e arranjou uma escapatória. Ele havia várias, porque nem todos foram parar à guerra.

A escapatória que esse meu amigo arranjou e me recomendou era a seguinte: arranjar uma colocação nos quadros da administração pública de uma das colónias, porque quem tivesse colocado num desses quadros saía das listas de convocação para o tal curso de capitão.

E como é que eu ia arranjar uma colocação destas? Pus esta questão a alguns amigos. Um deles, já não me lembro se me disse, «Ires para a tropa outra vez? *Jamél!*». O que é certo é que o Mário Lino foi falar com o pai da Paula (o Inspector Mourão), que era Inspector Superior em Moçambique.

O célebre pragmatismo do Mário Lino, mais uma vez funcionou bem. Só começou a funcionar pior quando ele se meteu com más companhias.

No dia 13 de Janeiro de 1970 eu e a Céu (que já ia grávida) partimos para Moçambique, onde estávamos colocados, como professores, na Escola da cidade de Vila Pery (hoje Chimoio). Fizemos os preparativos, as malas, cheias de livros, um fato meio tropical e lá fomos para o exílio.

Enquanto esperava pelas formalidades burocráticas houve uma festa de despedida dos alunos. Para mim foi muito comovente aquela manifestação de amizade. Nunca lhes tinha falado de política, a minha área era a matemática e, naquela altura, falar de política nas aulas era perigoso. Eles, sem saberem exactamente o que se passava, aperceberam-se de qualquer coisa e ofereceram-me, com dedicatória e o nome deles, um dos poucos livros políticos à venda naquela época, era uma biografia de Che Guevara, assassinado havia dois anos.

Na última reunião do Conselho Escolar (reunião de professores) a que assisti, antes de partir para Moçambique, a maior parte do tempo, foi para discutir o caso de uma aluna que se tinha atrevido a ir para a escola de calças.

A chegada a África é indescritível. É uma coisa espectacular. Fui parar a Vila Pery (Chimoio) no meio de um planalto muito bonito, com um clima excepcional, muito perto da fronteira com a Rodésia do Sul (hoje Zimbabué), terra também muito bonita, como aliás, de uma maneira geral, toda aquela zona de África.

A acrescentar a isto tudo, nesse ano, nasceu o meu filho Sérgio.

Tudo aquilo era uma maravilha, a cor, a luz, a paisagem, o entardecer, a chuva, o cheiro da terra depois da chuva, tudo é de tal forma belo que nunca mais esquece. Até a fruta, a papaia, a manga, a pêra abacate, que na altura era uma completa novidade, era gostosíssima.

Nunca mais esquecerei o dia 27 de Julho de 1970, dia em que tive de ir à cidade da Beira levar o Sérgio, que tinha um mês, ao pediatra para levar as primeiras vacinas. Depois de andar 200 km pela picada de Vila Pery à Beira e de o miúdo ter de levar as vacinas, dirigimo-nos a um restaurante para almoçar e no caminho

oiço uma grande gritaria a chamar pelo meu nome. Fiquei muito surpreendido, estava a cerca de 12 000 km da minha terra e julgava que ali ninguém me conhecia. Era um colega da Faculdade que estava ali a fazer a tropa e precisava urgentemente de falar com alguém. A rádio só estava a dar música sinfónica, em sinal de luto, pela morte de Salazar. Ele precisava de desabafar e estava felicíssimo por finalmente encontrar alguém com quem comemorar. Fomos para uma cervejaria prepararmo-nos para um grande banquete quando o pobre do Sérgio, muito vermelho, desata numa berraria infernal, não porque estivesse muito pesaroso pela morte de Salazar, mas porque a vacina começou a dar efeito e estava cheio de febre, com a temperatura muito alta.

Foi impossível comemorar fosse o que fosse, tivemos de voltar ao médico, ir à farmácia comprar antipiréticos e andar para ali a embalá-lo até que lhe passasse aquela reacção.

O que era difícil de suportar em Moçambique era a situação que lá se vivia. O colonialismo, o racismo, a exploração desenfreada, selvagem, as condições de vida de toda aquela gente, tudo aquilo era pavoroso.

Toda aquela população colonial portuguesa estava habituada a um tipo de vida e de relacionamento com os negros, que já não se davam conta do escândalo que aquilo era, o que fez com que a descolonização, em 1975, tenha sido tão difícil e traumatizante.

Pelo que me apercebi, depois de visitar Angola, a Rodésia e a África do Sul, das colónias portuguesas, Moçambique, desse ponto de vista, era o pior sítio. Tinha uma grande influência da África do Sul e da Rodésia. Um grande racismo, uma grande desumanidade para com os negros, um grande apreço e consideração pelo regime que vigorava nesses países, o *apartheid*, o regime de ‘desenvolvimento separado’, que remontava à colonização holandesa, os *boers*, e depois à dos ingleses, e que veio a ter consagração legal em 1948.

Dessa lei fazia parte a ‘lei da imoralidade’ que proibia os casamentos mistos.

A estação de comboios de Joanesburgo tinha entradas, locais de estadia e carruagens separadas para brancos e para negros. Havia carreiras e paragens de autocarros separadas. Até os bancos nos jardins tinham a indicação de quem lá se podia sentar, uns eram para brancos outros para negros.

Um motorista de táxi, que era branco, pediu desculpa mas não transportou uma pessoa que viajava comigo (bancário em Moçambique) que era descendente afastado de indiano. Não queria arranjar sarilhos, só podia transportar brancos, que eles designavam por 'european', e esse viajante era 'coloured'.

Os negros só podiam entrar nas zonas brancas com o «passe de circulação», que só lhes dava direito a permanecer durante umas horas.

Nas minas, os níveis de exploração, as condições de insalubridade e a falta de segurança no trabalho dos negros eram típicos da escravatura. Lá trabalhavam muitos negros de Moçambique, com contratos escandalosos.

Achava-se natural que a população da minoria branca (19 %) explorasse 87 % da terra e fossem detentores de 75 % do rendimento nacional.

É certo que o capitalismo e as suas democracias ocidentais foram muito complacentes com isto tudo e permitiram, colaborando, que esta grande mancha da civilização cristã e ocidental, que esta barbaridade se arrastasse até 1990.

Só em 1976 é que a ONU, por pressão dos países socialistas, declara o *apartheid* crime de lesa-humanidade, que viola o direito internacional e a Carta das Nações Unidas e declara que as instituições e as pessoas que cometam o delito do *apartheid* são consideradas criminosas.

Em Moçambique, com os exemplos que se passavam nos países vizinhos, como lhes chamavam, a vida e organização daquela sociedade era difícil de aceitar. Predominava a expectativa de transformar Moçambique numa república independente, dirigida por brancos e com um desenvolvimento separado (*apartheid*), como em 1965 tinha sucedido na Rodésia, com Ian Smith.

Vi as propriedades agrícolas (*farmas*, como eles lhe chamavam) com troncos para açoitar trabalhadores negros, camionetas para ir arrebanhar gente no mato, com a inscrição de recrutamento, tratamento desumano dos empregados domésticos, a que uns chamavam criados e outros, com um toque autóctone, *mainatos*.

O Director da minha Escola, para me mostrar que não era para brincadeiras, disse-me que tinha denunciado um criado à PIDE para o sovarem, porque ele não lhe tratou da lavagem das camisas como ele lhe tinha dito.

Não é possível esquecer tudo isto. Custa-me muito ouvir dizer que a descolonização foi precipitada ou que a administração

portuguesa fez muita falta a Moçambique. Qualquer situação é melhor do que o colonialismo, e pelo que eu vi, o colonialismo português não teve grandes especificidades em relação a outros colonialismos.

Hoje é frequente ouvir dizer que a descolonização foi muito apressada. Mas o que é que essas pessoas queriam? 500 anos de colonização não lhes chegaram? Ainda queriam mais?

Ao fim desses 500 anos de colonização deixamos em Moçambique nove licenciados pretos.

O grande mal da descolonização não foi ser apressada ou não ponderada, foi, na minha opinião, ser feita tão tarde.

Lá fui fazendo a minha vida de professor.

Um dia a minha mãe telefonou-me a dizer que a GNR esteve lá em casa, à minha procura, para me levarem para a tropa. Minha mãe lembrou-se duma conversa havida com a D. Ilda (mãe do Raimundo) e imitou-a. Disse-lhes que não sabia nada de mim, nem onde é que eu parava e telefonou-me a avisar-me.

A minha mãe, que já tinha suportado a Pide e o fascismo quando acompanhou o meu pai na clandestinidade, morreu sem ter tido a alegria de ver o 25 de Abril.

Lá informei a tropa da minha situação de professor contratado do quadro Direcção Provincial de Educação de Moçambique, pelo que devia ser retirado das listas dos cursos para capitão. Assim fizeram.

A certa altura houve um professor da Escola de Regentes Agrícolas que se foi embora e eu fui substituí-lo, na cadeira de Matemática, em acumulação com a Escola Preparatória.

Foi uma experiência muito interessante. Os alunos viviam, em regime de internato, numa grande quinta. Faziam uma vida muito saudável junto da natureza, das plantas e dos animais, gostavam da Escola e trabalhava-se muito bem com eles. O Director da Escola Agrícola era o mais afecto ao regime que havia. Dirigia a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa e tudo o mais que havia, na ordem fascista da época. Quando percebeu que eu não estava para aí virado, nunca fez qualquer defesa do regime à minha frente, tratou-me sempre muito bem, ajudou-me a resolver alguns problemas sobre o funcionamento da escola, que eu desconhecia, e fazia questão de que, quando havia festas na escola, eu levasse a família.

Próximo de Vila Pery, em Manica havia uma piscina que ao contrário das da Rodésia e da África do Sul não estava sujeita ao regime do *apartheid*. Fui para lá várias vezes com o Sérgio. Nunca lá entrou um negro, além dos empregados. A grande diferença

entre o regime que vigorava em Moçambique e na África do Sul era que lá vigorava o *apartheid* e os negros não podiam entrar, em Moçambique a piscina era pluriracial, mas só entravam brancos. Só que na África do Sul também havia (poucas) piscinas para negros e em Moçambique não havia.

Em Moçambique os brancos tinham criados, a que chamavam *mainatos*. O criado que me arranjam era uma pessoa com uma certa idade, já um pouco careca. Chamava-se Manuel. Não sabia como o havia de tratar. Não me pareceu correcto tratá-lo por tu e, como era mais velho que eu, tratei-o por 'senhor Manuel'. Fiz mal. Toda a gente me gozava e achava o tratamento ridículo. Não era hábito, mas eu não conhecia os hábitos dos brancos de Moçambique.

Quem não achou ridículo foi o próprio que quando alguém lhe perguntava o nome respondia 'senhor Manuel'. Ficou-me grato pelo tratamento e retribuiu-me tratando o meu filho, desde que nasceu, por 'senhor engenheiro'. Isto foi há 40 anos, não era piada ao Sócrates.

A casa que alugamos tinha um pequeno quintal nas traseiras e do outro lado do quintal eram os aposentos dos criados. Fazia-me um bocado de confusão esses aposentos não terem uma cama e falei nisso ao senhor Manuel. Ele disse-me que não tinha importância, que isso era hábitos dos brancos, que eles não precisavam disso, que sempre dormiram nas esteiras que lá estavam, que não me preocupasse com isso.

Mas eu tinha lido 'Vidas Secas', um grande romance de Graciliano Ramos, passado no sertão brasileiro, onde uma das personagens passava a vida a sonhar com o dia em que pudesse dormir numa cama. Foi a pensar nessa personagem que tratei de arranjar uma cama para os aposentos do senhor Manuel. Foi um êxito. Vinham de todo o lado, familiares e amigos do senhor Manuel, para ver o quarto dele, que tinha uma cama, embora fosse uma cama normalíssima.

Tinha muito trabalho, mas era novo, gostava do que fazia e a vida não me corria mal. Até aprendi algumas palavras da língua local. *Mesungo, maningue, mofana, chibante*, etc. Quando Moçambique deixou de ser colónia portuguesa mais de 90 % dos moçambicanos não falavam português.

O pior foi quando comecei a ter problemas com o Director da Escola Preparatória, que além de fascista e racista era muito incompetente e malcriado.

Ele fazia tudo que era possível para me dar cabo da cabeça. Um dia, provocatoriamente, quando o Governador-geral de

Moçambique visitou Vila Pery, mandou-me ir ao aeródromo acompanhar os alunos da Escola na recepção a Sua Ex.^a. Aleguei que não era da competência dum professor conduzir meninos das escolas com bandeirinhas para aplaudirem as autoridades político-administrativas e não fui. Não fiz lá falta nenhuma, mas o Director ficou furioso comigo e enquanto não se conseguiu ver livre de mim não sossegou.

Sobre o ensino, o que eu mais estranhava era a baixa frequência de alunos negros. Só as elites africanas, funcionários administrativos e poucos mais mandavam os filhos à escola.

Tomei conhecimento que em Portugal (na metrópole), se estavam a criar uns cursos nocturnos para o 3.^o ciclo do liceu, no âmbito das alterações que o Ministro da Educação da altura, o Prof. Veiga Simão, estava a introduzir no imobilismo em que o ensino estava em Portugal. Não garanto que seja por isso que, mais tarde, veio a ser ministro do governo socialista.

Pus o problema às autoridades, no sentido de se fazer o mesmo em Vila Pery. A dificuldade estava em que aqui não se podia aplicar o decreto em vigor na metrópole porque o que fazia falta era um curso do 2.^o ciclo e não do 3.^o. O assunto foi ponderado e o Curso Nocturno acabou por ser autorizado, um pouco sem base legal, mas sem ferir o espírito da lei. Fiquei com mais aquele encargo e aquele gosto. Resultou muito bem. Houve um grande número de inscrições, praticamente só negros.

Esta coisa de começarem a andar muitos negros na Escola não caiu bem a muita gente.

Para o fim do ano lectivo a frequência começou a cair. Eram alunos em idade de ir para a tropa e alguns alunos que deixaram de ir à escola também não foram para a tropa. As tais autoridades que nunca tinham visto estas modernices com bons olhos começaram a dizer que aqueles cursos serviam era para os alunos desertarem e irem combater pela Frelimo (pelos terroristas, abreviadamente turras).

O Director já estava farto de fazer queixa de mim aos superiores hierárquicos. Enquanto essas queixas só chegaram às autoridades escolares moçambicanas eu lá me fui safando, que eles não tinham má impressão a meu respeito. O pior foi quando o Director conseguiu que essas queixas chegassem a Lisboa. Aí conseguiu provar, junto da PIDE, que eu não dava garantias de apoiar a pluricontinentalidade de Portugal uno e indivisível, do Minho a Timor.

Acabaram com o tal Curso Nocturno e em Novembro de 1971 correram comigo. Rescindiram unilateralmente o meu contrato.

Fiquei muito atrapalhado. Isto poderia querer dizer que eu ia parar com os ossos à tropa, novamente.

Telefonei à única pessoa que me podia valer nesta circunstância, o Inspector Mourão. contei-lhe o sucedido e ele ficou muito admirado porque conhecia as autoridades escolares de Lourenço Marques (Maputo) e tinha ideia que eu estava bem visto. Depois de reflectir disse: «Ouça lá, teve algum problema com a DGS?». Referia-se à Direcção Geral de Segurança, nome que Marcelo Caetano tinha dado à PIDE. Respondi-lhe que não e ele, amavelmente, ficou de ir ver o que se passava. Pouco dias depois telefonou-me a dizer que era mesmo problemas com a DGS, que ali, em Moçambique, não se podia fazer nada, que eu tinha de tentar resolver o problema em Lisboa.

Um tio meu ainda arranjou uma cunha para a PIDE mas, muito desgostoso, comunicou-me que não havia nada a fazer.

Fiz um recurso enorme contra a rescisão do contrato. Nunca me responderam. Só depois do 25 de Abril.

Esta situação, de terem posto na rua, professores que leccionavam nas escolas das colónias foi bastante frequente. Não se fala muito nisso porque em geral eram figuras secundárias, como eu, mas também há casos de primeiras figuras, como o Zeca Afonso, em 1967.

As acções da ARA tiveram grande impacto na luta contra Guerra Colonial, contra o fascismo e contra a NATO, organismo internacional que sempre apoiou o fascismo e o colonialismo, do qual o governo de Salazar era um dos fundadores. A acção de 3 de Junho de 1971 teve grande repercussão internacional porque destruiu no Edifício dos CTT da Pr. D. Luís em Lisboa as telecomunicações de Portugal com o mundo, na altura que decorria uma reunião da Conferência Ministerial da NATO, no Palácio da Ajuda. Estavam em Lisboa a cobrir essa reunião cerca de 350 jornalistas estrangeiros. Só 9 horas depois se começaram a restabelecer as ligações telefónicas. E ainda sabotaram o abastecimento de electricidade na zona de Lisboa. Bem como a de 27 de Outubro de 1971 com rebentamentos nas novas instalações do COMIBERLANT (Comando da Área Ibero-Atlântica da NATO), em Oeiras, 2 dias antes da inauguração pelo seu secretário-geral e altas individualidades da NATO.

Em Novembro deste ano (2010) vai haver em Portugal outra cimeira da NATO. Essa democrática organização de que o

Portugal de Salazar é fundador, que colaborou no esforço português da guerra colonial, que colaborou com o fascismo português e que modernamente tem vindo a estender o Norte do Oceano Atlântico até à Jugoslávia, ao Afeganistão e ao Paquistão. Já não podemos contar com o Raimundo.

3.ª Parte – Actividade privada

Vila Pery era capital de Distrito, mas era uma pequena terra onde toda a gente se conhecia e que vivia da agricultura e da actividade de uma grande fábrica têxtil, a Soalpo, antiga Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial, na altura Textáfrica. Pertencia ao grupo do Banco Português do Atlântico, hoje Milénio BCP.

Quando se soube, em Vila Pery, da minha expulsão do ensino, e isso foi noticiado pelo correspondente local do jornal *Notícias* de Lourenço Marques, a maioria das pessoas não queria acreditar que eu fosse assim tão perigoso.

De facto eu parecia uma pessoa normal, ia aos festivais de folclore, ia às touradas, ia ao futebol, até fui ver o Belenenses, clube de que sou sócio, que, por feliz coincidência, foi jogar a Vila Pery, com o Grupo Desportivo da Textáfrica, para a Taça de Portugal. Vantagens da pluricontinentalidade.

Não chateava ninguém, passava os meus tempos livres a beber uns copos, a ouvir música clássica e a ler uns livros esquisitos, estava para ali perdido nos confins do mundo, e para tentar saber qualquer coisa do que se passava em Portugal e no resto do mundo, tive de assinar o semanário “*Expresso*”. Hoje parece mentira, mas é verdade.

Tinha um filho loirinho, que não era racista, brincava com os filhos dos criados.

Enfim, tinha um ambiente favorável. O administrador delegado da Textáfrica, que vivia em Vila Pery, tinha tido os filhos a estudar lá na Escola e conhecia-me por ter sido professor deles. Mandou-me chamar e ofereceu-me emprego na fábrica. Ao princípio ainda hesitei, não percebia nada de têxteis e nunca tinha pensado vir a trabalhar numa fábrica. Disse-lhe isso, que se tivesse preparação em finanças... O administrador foi muito simpático e disse que, se eu quisesse, rapidamente aprendia o que fosse necessário para ser útil à empresa.

Aceitei. Tive de estudar por uns livros que ele me emprestou e por outros que me aconselhou. Estava safo doutra.

O Director da Escola de Regentes Agrícolas, das pessoas politicamente mais conservadoras que eu conheci, fez questão de

me dizer que não tinha nada a ver com essa minha exoneração, que ela não abrangia a Escola Agrícola, que era um disparate o que se estava a passar e pediu-me para eu continuar a dar lá aulas, sob sua responsabilidade.

Depois de ter aceitado o trabalho na Textáfrica, que me ia ocupar muito tempo na minha preparação, eu não pude aceitar esta amável e desassombrada oferta. Mas fiquei-lhe muito agradecido. Foi uma voz amiga num momento difícil.

Mais tarde, a seguir ao 25 de Abril, tive oportunidade de lhe retribuir o gesto simpático que teve para comigo, interferindo a seu favor no processo de saneamento que lhe moveram por ele ter sido membro da Legião, o que ajudou a evitar que ele fosse saneado. Efectivamente tinha sido da Legião Portuguesa, organização fascista, com uma secção anticomunista e terá tirado algumas vantagens disso, mas era uma pessoa competente, dedicada ao seu trabalho, amável com toda a gente e nunca maltratou ninguém por ser contra o regime.

E assim fui eu parar ao mundo fabril. A Textáfrica de Vila Pery era a segunda maior fábrica têxtil do espaço português (como se dizia), depois da Coelima (Coelho Lima), aqui em Portugal.

A fábrica era uma grande empresa vertical, produzia o algodão, fazia a sua fiação, a tecelagem e os acabamentos dos tecidos.

Finalmente entrei no, para mim, mítico mundo operário. Passei muito tempo, nos vários pavilhões da fábrica, a falar com os técnicos e com os operários para me inteirar de como aquilo funcionava.

Só operários eram 3000. Trabalhavam ininterruptamente, por turnos. De facto, aquilo é um mundo aparte. Foi uma experiência memorável e muito útil para a minha formação cívica e política.

Um dos trabalhos, de que fui responsável, foi o de substituir os teares antigos por novos teares, com mais capacidades.

Primeiro foi preciso negociar com uma empresa suíça o tipo de teares e depois negociar o financiamento bancário, para se proceder à compra. Escolhido o banco fiquei encarregue de negociar o empréstimo, em nome da fábrica, com o técnico do Banco, que para o efeito se deslocou a Vila Pery.

O técnico do Banco, quando chegou, dirigiu-se à administração, que me chamou para me apresentar o técnico com quem iria trabalhar.

Quando entrei no gabinete tive uma grande surpresa, o tal técnico era um velho amigo, com quem tinha trabalhado, em Lisboa, nas associações de estudantes e na luta antifascista. Era o Mário dos Reis Graça, nome cristão do futuro Mário Machongo, mais tarde primeiro-ministro do governo da Frelimo de Samora Machel.

O Mário Machongo também ficou surpreendido quando me viu ali naquelas funções e, à cautela, tomou logo providências, e ao meu cumprimento efusivo de «tu aqui, pá!» respondeu «como está, senhor doutor». Criou-se uma situação equívoca, que foi quebrada pelo administrador com um «já se conheciam do tempo de estudantes». Passei a tratá-lo também por ‘senhor doutor’.

Quando acabou a reunião, como o Mário Machongo não tinha carro ali, eu ofereci-me para o levar ao hotel e ele aceitou.

Conversamos e verificamos que embora não nos víssemos há anos e nos tenhamos reencontrado numa situação completamente inesperada para os dois, que continuávamos no mesmo barco. Acabamos a jantar em minha casa e depois de jantar fomos ouvir (em ondas curtas) a Rádio Frelimo.

No dia seguinte, depois do trabalho, fomos ter com os Padres espanhóis de Burgos. Ele trazia uns contactos e eles já estavam à espera dele.

Passados dias, o Mário Machongo deu por terminada esta 1.^a fase do trabalho e voltou para Lourenço Marques.

Passei a encontrar-me frequentemente com o Mário Machongo. Ele voltou várias vezes a Vila Pery e eu desloquei-me várias vezes a Lourenço Marques para tratar do tal empréstimo que, na altura, foi o maior que até aí se tinha feito em Moçambique.

O trabalho correu bem. O financiamento concretizou-se, em boas condições para ambas as partes. Os teares foram comprados, instalados e afinados. Foram feitas acções de reciclagem dos operadores das máquinas. Foi muito interessante ver as reacções dos técnicos suíços, que foram fazer esses trabalhos, das considerações que eles faziam sobre as condições de trabalho que se praticavam em Moçambique e do resto das situações que eles observavam, que para eles era completamente novo e inesperado.

Eu dava-me com pouca gente em Vila Pery. De uma maneira geral eram antigos colonos, que não sendo más pessoas, estavam habituados àquele tipo de vida, que não me agradava. Passei-me a dar com os padres de Burgos.

Era gente muito boa. Acreditavam naquilo que faziam, de uma grande humildade, de uma grande entrega aos mais desfavorecidos, sempre prontos a ajudar, viviam sem conforto quase nenhum e faziam o que podiam para levantar a auto estima dos seus paroquianos. Lembro-me de conversas com negros em que incutiam neles a defesa das tradições africanas e os incitavam a terem orgulho na sua raça, a instruírem-se a cultivarem-se e a não imitarem os brancos, na sua maioria brancos, analfabetos e cheios de preconceitos. Incluíam nisso algumas práticas durante a missa. Tratavam-nos por pretos, porque não era vergonha ser preto. Eram padres que levam à letra aquilo a que chamam a mensagem de Cristo, não tinham nada a ver com a hierarquia católica, quase sempre cúmplice do colonialismo. Se é que há trabalho de evangelização, é certamente o trabalho destes padres. Eles lutavam efectivamente por um mundo melhor, pela paz e pela dignidade humana. Passado pouco tempo foram expulsos de Moçambique.

Frei Betto, um padre brasileiro que publicou, em livro, uma grande entrevista que fez a Fidel de Castro disse que a publicação do livro pretendia tirar «preconceitos aos comunistas e medo aos fiéis». Os padres de Burgos não tinham medo dos comunistas, e eu perdi alguns preconceitos que tinha.

Foram os grandes promotores da denúncia dos massacres em Mucumbura, Wiriyaumu e Inhamitanga, pelas tropas do exército português.

Os massacres de Wiriyaumu (16 de Dezembro de 1972) foram alvo de um relatório feito pelo padre Hastings, com base em relatos dos padres de Burgos. Esse relatório foi publicado na *Times* de Londres a 10 de Julho de 1973. Foi uma grande acção de denúncia internacional do que se passava na guerra colonial.

A acção destes padres de Burgos vem na sequência do trabalho dos Padres Brancos, expulsos de Moçambique em Maio de 1971 e dos padres portugueses do Macuti, julgados e condenados em tribunal militar em Janeiro de 1973. Quando estivemos de férias em Portugal fomos a Madrid visitá-los. Ficamos hospedados no Seminário que eles habitavam. Era eu a Céu e o Sérgio de 3 anos, o que era extremamente insólito para um Seminário de padres.

Depois do 25 de Abril vieram a Lisboa e foram visitar-me. Manifestaram grande alegria por ter havido o 25 de Abril e por estar a acabar a guerra colonial. Eles tinham dado uma ajuda.

Com o avançar da guerra, a vida em Moçambique era cada vez mais difícil. A desconfiança foi avançando. Preto era cada vez mais sinónimo de terrorista e mesmo entre os brancos agudizaram-se as relações entre eles.

Por um lado, os mais extremistas, que queriam a independência branca, como tinha havido na Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), que se apoiavam na PIDE, que, na opinião deles, era quem sabia tratar com os terroristas e, por outro lado, os mais moderados, que pretendia prolongar a situação vigente até os pretos estarem preparados para se governarem (sabe-se lá quando), que se apoiavam na tropa e naquilo que se chamava a acção psicossocial, que defendiam a repressão, mas só o suficiente para que os pretos percebessem que esta era a melhor solução para eles.

Estas divergências levaram a confrontos que na região onde eu estava, Vila Pery, chegaram a tomar forma de manifestações públicas e muito participadas pelos brancos favoráveis à independência branca contra a tropa que, na opinião deles, não os defendiam como eles se achavam com direito, sendo demasiado branda com os pretos descontentes (terroristas).

O que é certo é que o Projecto nacionalista e colonial – domínio sob a bandeira portuguesa de vastos territórios em vários continentes, “do Minho a Timor” – levou a guerras coloniais que já duravam há 13 anos, com 10 000 mortos e 30 000 feridos só entre os portugueses.

4.^a Parte – 25 de Abril

O Teatro Experimental de Cascais (TEC) fez uma digressão por Moçambique e um belo dia representou em Vila Pery a peça *Fuenteovejuna*, um belo texto de Lope de Vega numa encenação muito interessante e arrojada. Claro que quem está no meio do mato, em Vila Pery, não perde uma oportunidade destas. Lá estava. No fim do espectáculo estava muito entusiasmo porque, embora estando no fim do mundo, tinha visto um espectáculo de qualidade e ainda por cima entusiasmante, é a história de uma revolta popular no séc. XVII contra um tirano, apelando à revolta contra a tirania.

Quando acabou o espectáculo, já noite avançada, fomos tomar qualquer coisa e ouvimos falar de que, em Lisboa, teria havido alterações à ordem. Já em casa, a altas horas, tentei, pela rádio em ondas curtas, através de emissoras da África do Sul, saber o que se passava. As notícias eram contraditórias e eu tinha

de trabalhar no dia seguinte, não tinha tempo para estar a ligar a tricas entre militares.

No outro dia, dia 25 de Abril de 1974 e no dia seguinte as notícias, que se obtinham por portas travessas, eram muito confusas, mas os jornais não relatavam nada de especial e as estações de rádio mantinham a programação normal e os noticiários davam a entender que tudo corria na normalidade.

Só passados dois ou três dias os jornais deram a notícia de que S. Ex.^a o Presidente do Conselho estava na Madeira, em condições que não se sabia bem quais eram.

Em Vila Pery havia um quartel, mas, como não estava em zona de guerra, tinha pouco pessoal. Fui lá ver se me davam informações mais precisas. Ou porque não sabiam grande coisa ou porque não estavam interessados em espalhar o que sabiam, foram muito reservados. Mas o oficial com que falei deixou-me animado, ele também era favorável a uma alteração profunda da situação que se vivia.

Comecei a falar com as poucas pessoas que conhecia, que se tinham manifestado contra a situação. O mais entusiasta foi um professor da Escola de Regentes Agrícola, que começou logo a falar na necessidade de fazermos qualquer coisa de apoio à nova ordem e de apelar ao fim da guerra colonial e à democratização de Moçambique, com a respectiva criação de partidos políticos, nomeadamente a legalização da Frelimo.

Fizemos logo ali um comunicado à população. Teve pouca repercussão, salvo o agravar de algumas inimizades de pessoas que aproveitaram a ocasião para nos acusarem de estarmos feitos com os terroristas, de sermos antipatriotas e outros mimos que tais. O que criou algumas situações de grande tensão, com pessoas, que se gabavam de estar armadas, a fazer ameaças.

Apesar disso era preciso fazer qualquer coisa. Quando se falou em ser feriado no dia 1 de Maio, pela primeira vez, nos últimos 48 anos, pensamos aproveitar o feriado para fazer um comício de esclarecimento sobre as razões de ser do levantamento militar e da necessidade de democratizar o país e consequentemente resolver o problema colonial, acabando com a guerra.

As reacções que ouvimos não foram muito encorajadoras, pelo que, à cautela, fomos falar com o oficial do quartel de Vila Pery. Este, embora não fosse muito entusiasta, disse que, se nós quiséssemos, punha lá uns soldados, para dissuadir qualquer provocação. Foi o que nós queríamos ouvir. Fomos logo fazer uns

panfletos a anunciar o comício no 1.º de Maio, creio que o primeiro que se fazia em Moçambique.

Depois de muita controvérsia, lá se conseguiu que o 1.º de Maio fosse feriado, pela primeira vez, e que nos deixassem fazer o comício num antigo pavilhão de uma Feira Agrícola. Havia uma grande tensão na terra. Era tudo novidade. Não se sabia o que é que queriam os organizadores do comício e não se sabia o que fariam os seus opositores.

Estava eu, muito nervoso, a dar os últimos retoques na intervenção que ia fazer para justificar aquele comício, quando toca o telefone. Era a Manuela Almeida, doida de contentamento, a contar coisas impensáveis, sobre o que tinha acontecido naqueles poucos dias, depois do 25 de Abril, terminou o telefonema a dizer que se estava a organizar uma grande manifestação, para assinalar o primeiro Dia do Trabalhador em liberdade. A coisa foi de tal ordem que eu, que fui ensinado a saber que um homem não chora, não me contive.

Lá presidi ao 1º comício de Moçambique, o qual foi realizado em Vila Pery. Estava toda a gente muito receosa. As pessoas que apareceram, que não foi uma multidão, à cautela, nem se chegavam muito para a frente. Da população negra, apareceram alguns, mas não muitos. Lá se fez e a coisa não correu mal, estava-se a desbravar caminhos nunca dantes desbravados. Todos nós tínhamos falta de experiência destas actividades.

A partir daqui a minha vida deixou de ser calma, como tinha sido até aí. Passei a ser contactado para imensas coisas, até fui contactado para ajudar a resolver uma greve dos trabalhadores da empresa onde eu tinha um cargo de direcção, a Textáfrica, a primeira desde que fábrica existia. Lá me desenrasquei conforme pude, por um lado dizendo aos trabalhadores que se não forem eles a lutarem pelos seus direitos, ninguém lutará por eles e à direcção da fábrica que é moderno, ocidental e cristão ouvir as vozes dos explorados e oprimidos.

O mais complicado de resolver foi ter de explicar ao administrador da fábrica, que era meu amigo e a quem eu devia favores, que a expressão 'salários de miséria' usada num panfleto de apoio à greve da fábrica, que eu subscrevi, não queria dizer que a administração fosse cruel e desumana.

Os trabalhadores lá conseguiram algumas melhorias nas condições de trabalho e nos salários. Outras reivindicações tiveram de aguardar melhores dias.

Entretanto começou-se a organizar, em Lourenço Marques, o movimento Democratas de Moçambique, para esclarecer a

população, em especial a população branca, do que era a Frelimo e da necessidade de negociar com ela uma solução para a guerra, que já durava desde 1964.

O Mário Machongo indigitou-me para esse movimento e eu lá andei a representar a Vila Pery anticolonial. A minha situação não era nada confortável. A grande maioria da população branca manifestava uma grande agressividade para com os pretos e para quem os apoiasse. Mas a existência daquele movimento, que rapidamente, embora com poucas adesões, se foi espalhando por aquele vasto país, serviu para mostrar que, para além das opiniões que sempre se ouviram, havia outras opiniões, que não são necessariamente mal-intencionadas, que não há bem que sempre dure e que as pessoas têm de se adaptar às mudanças.

Passados tempos o Tó Almeida mandou-me uma encomenda postal para Vila Pery. Quando a fui levantar aos Correios fiquei muito admirado com o formato da encomenda pelo que logo a abri ali. Era uma colecção do '*Avante!*', dos que já tinham saído legalmente (começaram-se a publicar legalmente a 17 de Maio de 1974). Lá refiz o embrulho e disfarcei-o o melhor que pude.

Fui ter com o sr. Antunes, que era chefe de armazém na Textáfrica e que há dias tinha tido uma conversa comigo sobre o *Avante!* que um amigo lhe tinha dado a ler quando trabalhava em Lisboa, em Alcântara. Abri o embrulho do Tó e dei-lhe um *Avante!*. O sr. Antunes quando viu o que era olhou para todos os lados, para ter a certeza que não era visto, e sorrateiramente escondeu o *Avante!* atrás do balcão. Ainda não estava habituado.

Andava assoberbado de todo o tipo de trabalhos quando recebi a informação de que o José Monteiro, outro saudoso e grande amigo, sabendo das minhas andanças por África, da pena que eu sentia por se estarem a passar tantas coisas na minha terra e eu a cerca de doze mil quilómetros desses acontecimentos, se começou a mexer junto dos seus amigos de Coimbra, o Prof. Orlando Carvalho e o Prof. Avelãs Nunes, que eram Secretários de Estado do Ministério da Educação, pelo que fui chamado para chefe de gabinete do Secretário de Estado da Reforma Educativa (Prof. Orlando Carvalho).

Comuniquei o facto ao administrador da Textáfrica que fez os possíveis e os impossíveis por me dissuadir a aceitar tal coisa. Estava a adivinhar a debandada que se ia dar e tentou segurar-me. Fez-me várias ofertas. Não valia a pena, eu queria ver ao perto o que se estava a passar por aqui.

Despedimo-nos amigavelmente. Agradei-lhe a maneira como sempre me tratou e expliquei-lhe que queria estar em Portugal nesta hora de viragem do seu destino. As suas últimas palavras foram para me dizer que se eu queria ir que fosse, mas que estava convencido de que eu rapidamente me arrependeria e que quando isso sucedesse, ou quando o governo deixasse de ter dinheiro para pagar aos funcionários, que voltasse.

5.ª Parte – Regresso à Pátria

A Direcção Provincial de Educação de Moçambique enviou-me um ofício no sentido de me reintegrar nos quadros do ensino, se o requeresse.

Agradei mas não requeri. Ia ser Chefe de Gabinete. Foi por isso que, quando voltei ao ensino, não me contaram 8 anos (1970 a 1977) para a progressão na carreira. Só passei a ter o mesmo escalão dos colegas do meu tempo quando atingi o topo da carreira.

Arranjar passagem para Portugal foi um grande problema. Os voos de Moçambique para Lisboa estiveram esgotados dias e dias. Só consegui bilhete para o dia 28 de Junho de 1974. Por sinal, dia do comício do PCP no Campo Pequeno.

Cheguei a Lisboa sozinho, a Céu e o Sérgio ficaram, a acabar o ano lectivo. A primeira coisa que fiz, antes de ir pôr as malas em casa do meu pai, foi ir à Av. António Serpa (sede do PCP), comprar bilhetes para o comício. Risada geral. Não havia bilhetes, eu é que não estava a par dessas modernices. Estava a aprender a viver nesta nova era.

Nunca mais me esqueço desse comício. Durante todo o comício não me conseguia libertar da sensação de que, mais coisa menos coisa, teria de fugir à frente da polícia de choque, o que era impossível no meio daquela multidão. A alegria que senti por voltar a ver tantos e tantos velhos amigos. E especialmente não me esqueço da maior molha da minha vida. Vinha vestido à africanista, nem um guarda-chuva tinha e choveu durante todo o comício, como é raro chover em Lisboa.

O 1.º Governo Provisório, presidido pelo Prof. Adelino da Palma Carlos, tomou posse a 16 de Maio e tinha como Ministro da Educação o Prof. Eduardo Férreir Correia que tinha como Secretários de Estado o Prof. Avelãs Nunes e o Prof. Orlando de Carvalho (da Reforma Educativa).

Por altura da minha chegada a Lisboa houve uma discordância do Prof. Orlando da Carvalho, com o Prof. Férreir Correia, que o levou a demitir-se das suas funções de Secretário

de Estado e quando eu cheguei ao Ministério já não havia Secretário de Estado e muito menos Chefe de Gabinete. Assim sendo, não cheguei a ser Chefe de Gabinete e nunca mais tive essa oportunidade na vida.

Esta primeira crise política só terminou com a formação do 2.º Governo Provisório presidido pelo Coronel Vasco Gonçalves, a 18 de Julho, que tinha como ministro da Educação o Prof. Vitorino Magalhães Godinho.

Lá fiquei pelo Ministério da Educação. Foi um tempo extraordinário. A reorganização da administração pública, nomeadamente do Ministério da Educação, a descentralização administrativa, o apoio às colectividades, a gestão democrática das escolas, a formação de professores, enfim desfazer o velho e o bolorento e lançar as bases do novo.

Fora do Ministério também se ia fazendo o que se podia. Estava tudo por fazer. Lembro-me da formação dos sindicatos que, na sua maioria, foram feitos nessa altura.

Isto deve ter sido uma grande asneira porque, passado pouco tempo, apareceu um governante (em nome da democracia) a dizer que queria partir a espinha à Intersindical. Mais recentemente veio-se a saber, pelos membros do governo, que os sindicatos andavam a dar cabo disto tudo.

Tive de acabar com o concubinato do Raimundo e da Maria, casando-os. Foi um casamento tão bem feito que, passados mais de 35 anos, continua viçoso. Tive ainda de registar o nascimento do Zé Alexandre, filho do casal, último bebé clandestino, antes do 25 de Abril, que andava para aí indocumentado.

Foram os melhores tempos da minha vida. Não só pelas transformações que se operaram nesse período como pela possibilidade de rever os amigos, os que foram para a clandestinidade, os que emigraram e todos os outros com quem, durante tanto tempo, não pude conviver, por ter tido de emigrar para Moçambique.

Foi um tempo maravilhoso. Tínhamos a sensação de que participávamos na reconstrução deste país, de que éramos úteis, de que as coisas andavam para a frente, que a vida melhorava, para toda a gente.

Esse tempo ficou conhecido por PREC (Processo Revolucionário Em Curso). Creio que esta designação lhe foi dada pela reacção, revoltada contra as transformações democráticas que se foram fazendo, substituindo as velhas estruturas fascistas. No concerto do Coliseu o Zeca Afonso, entre duas canções,

referindo-se a esse período, frisou: «*do nunca desmentido PREC, do assumido, sempre assumido PREC*».

Parece impossível como cada vez há mais pessoas a falar dos excessos do PREC.

Quando se fala em excessos está-se a comparar, está-se a considerar que houve mais injustiças nessa época do que em outras épocas.

As pessoas que falam nos excessos do PREC estarão a considerar que, nesse período, houve mais injustiças do que no tempo do fascismo?

No tempo do PREC passou-se alguma coisa semelhante ao que se tinha passado anteriormente? Não se ouve essas pessoas falar, com a mesma veemência, dos excessos do fascismo. Ficam tão obcecados pelos excessos do PREC que se esquecem que o fascismo existiu e teve excessos, esses sim, brutais e inqualificáveis.

Houve alguma coisa parecida com a brutalidade, com a violência, com a desumanidade da PIDE? E com a justiça praticada pelos tribunais plenários?

Houve alguma coisa comparável à censura? Com o seu cortejo de apreensões, cortes, perseguições.

Houve alguma coisa mais escandalosa do que todos os jornais terem de ser submetidos a uma Comissão de Censura, constituída, obviamente, por gente boçal, que emenda, trunca, altera textos de profissionais briosos e competentes?

Houve alguma coisa mais vergonhosa do que proibir livros, só porque o seu autor era desafecto ao regime?

Houve alguma coisa mais degradante do que ter de ver filmes com cortes de cenas, por terem referências a pessoas ou factos que os censores não queriam que se conhecessem?

Houve maior excesso do que manter uma guerra colonial, em três países, ao longo de treze anos? Com tudo o que isso implica de injustiças, de sofrimento, de mortes e de estropiações.

Penso que com o fascismo não há comparação possível.

Então, está-se a comparar com os dias de hoje?

E hoje? Não há excessos? Não se vê poucas vergonhas e não assistimos todos os dias a excessos? Escandaleiras, corrupção generalizada, enriquecimento súbito e continuado, inoperância dos tribunais.

Só houve excessos durante o PREC? Só desses é que ouve falar.

Minimiza-se os excessos que hoje se praticam chamando-lhe progresso. Dizendo com ar vitorioso: 'Isso era dantes'. Dantes havia emprego, havia trabalho com direitos, havia segurança no emprego. Isso era dantes. Agora, devido ao progresso, há desemprego, há despedimentos colectivos, há milhares de pessoas desesperadas, há vários anos desempregadas.

A racionalização de recursos, a evolução tecnológica, o aumento de produtividade é para atingirmos um estágio social onde não haja direitos adquiridos, onde cada vez se tenha de trabalhar mais, com menos estabilidade e de ganhar menos?

Querem convencer as pessoas que esta é que é a maneira 'moderna' de ver a evolução da sociedade e apelam à compreensão dos mais desfavorecidos para a necessidade de todos termos de fazer sacrifícios e que isto não tem nada de excessivo, é a evolução natural da humanidade.

Como é possível chamar progresso às pessoas hoje terem menos direitos do que tinham anteriormente? Perder direito que tinham a prestações sociais por haver quem as considere como subsídios à preguiça e ao parasitismo. Como é possível considerar o aumento do desemprego um factor de progresso?

Indignam-se muito com os excessos do PREC e não se indignam com os excessos que todos os dias "*vemos, ouvimos e lemos*". Não podemos ignorar, como disse a Sofia.

Nessa época pude conhecer e conversar com pessoas extraordinárias. Lembro-me do Francisco Miguel, um homem sábio, que passou as maiores agruras possíveis, que esteve preso pela PIDE vinte e um anos, só no Tarrafal esteve oito e meio, sofreu torturas de toda a ordem, 'estátua', 'segredo', 'frigideira', incomunicável na cadeia meses sem fim, para além de quatro espectaculares fugas da prisão. Este homem era uma lição de vida. Pela serenidade, bonomia, bom senso, alegria de viver. Como diria A. Gedeão, '*nem vestígios de ódio*'. Culto, muito culto, reflectido e grande conversador. Foi deputado pelo PCP aplaudido por todas as bancadas.

Nunca esquecerei as horas que passei com ele em casa do meu irmão e do meu pai, que era grande amigo do Xico Miguel, desde o tempo de juventude. Estavam juntos quando foram presos.

O meu pai, não sossegava enquanto não me mostrasse a Álvaro Cunhal, de quem era amigo, do tempo de estudante, e que tinha vivido na mesma casa clandestina que os meus pais, quando eu nasci. Devo ter servido de boneco para entretenimento e brincadeiras dos clandestinos lá de casa e dos que lá iam.

Não foi fácil. No tal PREC Álvaro Cunhal não tinha muito tempo para visitas de cortesia. Um dia calhou. Foi numa festa na Embaixada de Cuba. O meu pai levou-me à presença de Álvaro Cunhal e, para o embaraçar, perguntou-lhe: «Sabes quem é esta personagem?», apontando para mim. Álvaro Cunhal olhou, olhou e não fazia a mais pequena ideia de quem seria. Ficou um bocado atrapalhado, pensando que, se calhar, devia conhecer aquela personagem, mas não lhe ocorria nada. O meu pai pôs termo aquela situação dizendo quem eu era. Ele respirou de alívio, recompôs-se e disse: «Como é que havia de o conhecer se na última vez que o vi não usava esta barba».

Até ao dia em que entrou em funções o governo do Dr. Mário Soares (o pai e o fundador da nossa democracia).

O aparelho de estado herdado do fascismo estava muito facistizado. Era preciso democratizá-lo, torná-lo mais pluralista. Uma das primeiras medidas do governo foi pôr tudo quanto era comunista na rua.

O Dr. Mário Sotomaior Cardia, ministro da Educação, levou o seu zelo democrático ao ponto de arranjar um gabinete, fora do edifício do Ministério, para albergar os saneados, a quem nunca foi dado qualquer serviço, enquanto esperavam pelo dia em que terminavam os respectivos contractos de prestação de serviços.

Estava-se já a criar, aquilo a que mais tarde se veio a chamar, o arco governativo, isto é, tudo menos comunistas.

Começaram bem. Eu, o António Hespanha e os, já falecidos, Noronha Feio e o Rogério Fernandes lá fomos parar ao tal gabinete, a que o saudoso Rogério chamava o “Pátio dos Bichos”.

Fiquei desempregado pela segunda vez. Desta vez não me podia queixar da PIDE. Estive poucos meses desempregado. Até abrir o concurso para professores. Nessa altura ainda os professores eram úteis e necessários. Em 1977 nasceu a minha filha Elisa e recomecei a vida de que mais gostava (de professor). Sempre gostei, em todas as épocas, até durante o consulado de Maria de Lurdes Rodrigues (que está para os professores como a filoxera para as videiras). Vida essa que oficialmente acabou aos 70 anos e que ainda hoje tento prolongar artificialmente.

Anos mais tarde, já o Zé Bernardino estava muito doente, uma amiga comum perguntou-lhe se ele não temia que eu seguisse o mesmo caminho de dissidência do Raimundo e de outros meus amigos. O Zé respondeu-lhe que não acreditava muito nisso, «até porque ele é muito teimoso».

Cá continuamos a teimar.

Junho de 2010, Ernâni Barata Pinto Basto